

PGA 2015

PLANO GERAL DE ATUAÇÃO



MPSC
MINISTÉRIO PÚBLICO
Santa Catarina

PGA 2015

PLANO GERAL DE ATUAÇÃO



FLORIANÓPOLIS
2015

ELABORAÇÃO

Procuradoria-Geral de Justiça, assessorada pelos Centros de Apoio Operacional e pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, com a participação dos Procuradores e Promotores de Justiça e do Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais.

(48) 3229-9001 | pgj@mpsc.mp.br

www.mpsc.mp.br | www.youtube.com.br/ministeriopublicosc

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Coordenadoria de Comunicação Social

(48) 3229-9011 | midia@mpsc.mp.br

REVISÃO GRAMATICAL

Gerência de Publicações e Revisões

(48) 3229-9211 | gepre@mpsc.mp.br

IMPRESSÃO

Gráfica Alpha Print

Tiragem: 700 exemplares

FOTOS

Thinkstock

S222

Santa Catarina. Ministério Público. Procuradoria-Geral de Justiça.
Plano Geral de Atuação (PGA) 2015. – Florianópolis : MPSC,
2015.
73 p.

1. Ministério Público – Planejamento - Santa Catarina - 2015.
I. Título.

CDD : 341.413

Catálogo: Clarice Martins Quint (CRB 14/384)

Sumário

Apresentação	7
Missão, Visão e Valores	9
Prioridades Institucionais para 2015	10

CDH - CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E TERCEIRO SETOR..... **13**

1. Acessibilidade Total	14
2. Prevenção ao Uso de Drogas e Garantia de Atenção ao Usuário	16
3. Melhor Idade	17
4. Saúde Cidadã.....	19
5. Atenção à Saúde Mental.....	21

CCO - CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO CONSUMIDOR..... **23**

1. Alimento Sem Risco	24
2. Proteção Jurídico-Sanitária dos Consumidores de Produtos de Origem Animal.....	25

CECCON - CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE..... **28**

1. Efetividade de Decisões em ADIs propostas pelo MPSC	29
--	----

CCR - CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL..... **31**

1. Reestruturação do Controle Externo	32
2. Controle da Execução Penal.....	34
3. Prioridade na Análise dos Inquéritos Policiais sobre Homicídio	36
4. Investigação Criminal: crime organizado e lavagem de dinheiro.....	37

CIJ - CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE..... **39**

1. Programa de Fortalecimento da Educação e APOIA	40
2. Saúde Mental Infantojuvenil.....	42
3. Programa de Fortalecimento do Sistema Socioeducativo Catarinense	43

CME - CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO MEIO AMBIENTE.....	45
1. Programa Lixo Nosso de Cada Dia.....	46
2. Programa Saneamento Básico	48
3. Programa Ordem Urbanística	49
CMA - CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA	51
1. LIMPE	52
2. Transparência e Cidadania.....	54
COT - CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA ORDEM TRIBUTÁRIA	56
1. Programa Saúde Fiscal dos Municípios.....	57
2. Programa União contra a Sonegação	59
3. Programa Combate à Sonegação Fiscal.....	60
Composição da Administração	63
Promotores de Justiça, por entrância e antiguidade na carreira	70



Apresentação

Grandes têm sido as conquistas que o Ministério Público catarinense vem alcançando para a sociedade e grande o destaque que sua atuação tem tido em todo o País, especialmente em Santa Catarina. Contudo, também são grandes os desafios à aplicação efetiva de suas prerrogativas legais, o que aumenta a necessidade de empenho e atenção de cada um de nós.

A consolidação do Estado democrático somente se dará quando todos os cidadãos tiverem acesso, de fato, ao menos aos seus direitos fundamentais que, garantidos em Lei, nem sempre são entregues à sociedade. O Estado de Santa Catarina vive uma realidade socioeconômica razoavelmente superior a muitas unidades da federação, mas isso não diminui o desafio que se impõe ao Ministério Público catarinense.

Se faz parte de nossa Missão promover a efetivação dos direitos da sociedade, precisamos estar, constantemente, vigilantes e atuantes. Existem demandas prioritárias dos cidadãos, que clamam pela atenção do Ministério Público, em áreas tão sensíveis quanto a saúde, a segurança, o meio ambiente, a moralidade administrativa e a educação. Áreas distintas entre si, mas que tantas vezes se mostram conectadas e interdependentes.

A Missão de toda organização é a amálgama que une esforços, alinha estruturas e direciona as pessoas a um propósito comum. Nesse sentido, o MPSC, por seus Membros e Servidores, tem trabalhado com retidão, afinado, a Missão, a Visão e os Valores das organizações, definidos com palavras cuidadosamente escolhidas, só têm validade se reproduzirem, fielmente, a realização de todos os esforços.

O planejamento de ações efetivas é condição principal para a criação, existência e sobrevivência das organizações, dirimindo os riscos e potencializando as oportunidades. No âmbito institucional, o processo de planejamento serve para orientar, dirigir e controlar a organização, com a

finalidade de estabelecer metas que subsidiarão a tomada de decisão no futuro, de maneira mais racional e efetiva. Resultados sem planejamento tendem a ser casuísticos.

Fruto de um processo orquestrado e democrático, o Plano Geral de Atuação 2015 apresenta as prioridades institucionais para esse exercício.

Lio Marcos Marin
Procurador-Geral de Justiça



Missão, Visão e Valores

M I S S Ã O

Promover a efetivação dos direitos da sociedade, visando fortalecer a democracia, a cidadania e o desenvolvimento sustentável.

V I S Ã O

Ser uma instituição próxima ao cidadão, que produza resultados úteis na defesa da democracia, na promoção da justiça e na proteção dos direitos fundamentais.

V A L O R E S

Ética

Efetividade

Independência

Justiça

Transparência



Prioridades Institucionais para 2015

*“Dê-me uma alavanca e um ponto de apoio e eu levantarei o mundo.”
Arquimedes (matemático grego, 287 a.C. – 212 a.C.)*

O Plano Geral de Atuação, na forma como determina o Ato n. 462/2012/PJ, é o documento que visa a orientar o exercício das funções dos Órgãos de Execução do MPSC, respeitada a autonomia e independência de cada um de seus Membros. O PGA tem vigência anual e é elaborado por iniciativa e sob a liderança do Procurador-Geral de Justiça, com a participação das Procuradorias de Justiça, Coordenadorias de Recursos, Promotorias de Justiça e Centros de Apoio Operacional.

Sem prejuízo do melhor atendimento possível a todas as distintas demandas, o PGA 2015 contempla a execução prioritária dos programas e projetos definidos em decorrência do processo legal de Planejamento Estratégico do MPSC, sendo ouvidos, na definição dessas prioridades, os Membros do Ministério Público, tendo sua representatividade também consignada pelo Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais, inclusive sob as óticas regional e temática. Todo o processo tem o acompanhamento permanente da Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico do MPSC, instituída pelo Ato n. 395/2013/PJ.

Como sempre, buscou-se, por meio da união e do diálogo constante e sistemático, eleger prioridades de curto prazo, em uma matriz estratégica que une informação, conhecimento e perspectivas, buscando otimizar tanto o desempenho individual de seus Membros quanto a performance coletiva da Instituição.

PRIORIDADE ESTADUAL

Programa de Fortalecimento da Educação e APOIA

Prioridades vinculadas aos objetivos estratégicos de impacto social e aos Centros de Apoio Operacional

Direitos Humanos e Terceiro Setor	Prevenção ao Uso de Drogas e Garantia de Atenção ao Usuário
Consumidor	Alimento Sem Risco
Controle de Constitucionalidade	Efetividade de Decisões em ADIs Propostas pelo MPSC
Criminal	Controle da Execução Penal
Infância e Juventude	Programa de Fortalecimento da Educação e APOIA
Meio Ambiente	Saneamento Básico
Moralidade Administrativa	Transparência e Cidadania
Ordem Tributária	Combate à Sonegação Fiscal

O detalhamento das informações referentes às iniciativas estratégicas priorizadas está destacado no conteúdo apresentado pelos Centros de Apoio Operacional.



CDH

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS
Direitos Humanos e Terceiro Setor

O.E. 1 – GARANTIR O ACESSO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A SUA EFETIVIDADE

Iniciativas Estratégicas – CDH

1. Acessibilidade Total

Objetivo:

Garantir a livre circulação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, mediante a adequação dos espaços públicos e privados de uso coletivo e dos serviços públicos às normas relativas à acessibilidade, suprimindo barreiras e obstáculos arquitetônicos; e promover a educação inclusiva.

Público-Alvo:

Pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Ações a serem desenvolvidas:

1. Diagnosticar as condições de acessibilidade nos Postos e Unidades Básicas de Saúde (SUS)

Resultado da ação: Conhecer a realidade de Postos e Unidades Básicas de Saúde sob o ponto de vista da acessibilidade.

Responsável: CDH

2. Promover medidas visando à acessibilidade nos Postos e Unidades Básicas de Saúde (SUS)

Resultado da ação: Aumentar o número de Postos e Unidades Básicas de Saúde adequados às normas de acessibilidade.

Responsável: Promotor de Justiça

3. Acompanhar as ações para a garantia da acessibilidade nos Postos e Unidades Básicas de Saúde (SUS)

Resultado da ação: Obter diagnóstico da atuação do MPSC na área.

Responsável: CDH

4. Promover medidas visando à acessibilidade espacial nas escolas públicas e privadas

Resultado da ação: Aumentar o número de escolas adequadas às normas de acessibilidade.

Responsável: Promotor de Justiça

5. Acompanhar as ações para a garantia da acessibilidade espacial nas escolas

Resultado da ação: Obter diagnóstico da atuação do MPSC na área.

Responsável: CDH

6. Implementar as estratégias geradas pelo Grupo de Trabalho SC Acessível

Resultado da ação: Aumentar a consciência da população em geral e dos órgãos de fiscalização a respeito das normas de acessibilidade.

Responsável: CDH

Resultado esperado da iniciativa:

1. Aumentar o número de Postos e Unidades Básicas de Saúde adequados às normas de acessibilidade.

2. Aumentar o número de escolas públicas e privadas adequadas às normas de acessibilidade espacial.

Indicadores	2014 (realizado)	2015 (meta)
Índice de Municípios formalmente comprometidos em adequar os Postos e as Unidades Básicas de Saúde às normas de acessibilidade espacial	1,02%	10%
Índice de escolas municipais formalmente comprometidas em se adequar às normas de acessibilidade espacial	5,03%	10%

Indicadores	2014 (realizado)	2015 (meta)
Índice de escolas estaduais formalmente compromissadas em se adequar às normas de acessibilidade espacial	0,97%	10%
Índice de escolas privadas formalmente compromissadas em se adequar às normas de acessibilidade espacial	7,56%	10%

2. Prevenção ao Uso de Drogas e Garantia de Atenção ao Usuário

Objetivo:

Promover a implantação e fiscalizar a execução de políticas públicas com vistas à prevenção do uso de drogas, à conscientização, ao tratamento e à reinserção social de usuários e dependentes.

Público-Alvo:

Pessoas usuárias ou dependentes de drogas e instituições de atendimento.

Ações a serem desenvolvidas:

1. Promover medidas visando à criação e à efetiva atuação dos Conselhos Municipais Antidrogas

Resultado da ação: Aumentar o número de Conselhos Municipais Antidrogas criados e ativos.

Responsável: Promotor de Justiça

2. Acompanhar as ações para a criação de Conselhos Municipais Antidrogas e para a sua efetiva atuação

Resultado da ação: Obter diagnóstico da atuação do MPSC na área.

Responsável: CDH

Resultado esperado da iniciativa:

1. Aumentar o número de Conselhos Municipais Antidrogas.
2. Aumentar o número de Conselhos Municipais Antidrogas ativos.
3. Aumentar o número de comunidades terapêuticas e estabelecimentos de saúde que promovem o tratamento de transtornos decorrentes do uso de drogas adequados à legislação.
4. Aumentar o número de usuários institucionalizados atendidos de acordo com a legislação.
5. Diminuir a reincidência.

Indicadores	2014 (realizado)	2015 (meta)
Índice de Municípios catarinenses com Conselhos Municipais Antidrogas	50,85%	60%
Índice de Conselhos Municipais Antidrogas ativos	25,33%	65%

3. Melhor Idade

Objetivo:

Zelar pela efetivação dos direitos e garantias previstas no Estatuto do Idoso, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida; e fomentar a implantação de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), além de promover sua adequação às normas de regência, fiscalizando-as de forma permanente.

Público-Alvo:

Pessoas idosas e instituições de atendimento.

Ações a serem desenvolvidas:

1. Promover medidas visando à adequação das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs)

Resultado da ação: Aumentar o número de instituições adequadas à legislação.

Responsável: Promotor de Justiça

2. Acompanhar as ações implementadas para adequação das instituições fiscalizadas

Resultado da ação: Obter diagnóstico da atuação do MPSC na área.

Responsável: CDH

3. Promover medidas visando à criação e à efetividade dos Conselhos Municipais do Idoso

Resultado da ação: Aumentar o número de Conselhos Municipais do Idoso criados e ativos.

Responsável: Promotor de Justiça

4. Acompanhar as ações para a criação de Conselhos Municipais do Idoso e a sua efetiva atuação

Resultado da ação: Obter diagnóstico da atuação do MPSC na área.

Responsável: CDH

5. Estruturar um cadastro interno e informatizado das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) no Estado

Resultado da ação: Garantir a permanente atualização dos dados relativos a ILPIs em funcionamento no Estado.

Responsável: CDH

Resultado esperado da iniciativa:

1. Aumentar o número de Municípios catarinenses com Conselhos Municipais do Idoso.
2. Aumentar o número de Conselhos Municipais do Idoso ativos.
3. Aumentar o número de Instituições de Longa Permanência para Idoso (ILPIs) adequadas à legislação.
4. Aumentar o número de idosos institucionalizados atendidos de acordo com a legislação.

Indicadores	2014 (realizado)	2015 (meta)
Índice de Municípios catarinenses com Conselhos Municipais do Idoso	58,98%	65%
Índice de Conselhos Municipais do Idoso ativos	52,30%	70%
Índice de ILPIs acompanhadas por medidas administrativas ou judiciais das PJs	32,76%	60%

4. Saúde Cidadã

Objetivo:

Garantir a prevenção e promoção de saúde por meio de oferta adequada de serviços, com qualidade e resolutividade, pelos Municípios e Estado.

Público-Alvo:

População do Estado catarinense.

Ações a serem desenvolvidas:

1. Diagnosticar a adequação das equipes “Estratégia Saúde da Família” (ESF) dos Municípios catarinenses aos parâmetros normativos, em termos de cobertura populacional e estrutura mínima de pessoal

Resultado da ação: Conhecer a realidade dos Municípios quanto à adequação das equipes ESF.

Responsável: CDH

2. Promover medidas visando à adequação das equipes “Estratégia Saúde da Família” (ESF) dos Municípios catarinenses aos parâmetros normativos, em termos de cobertura populacional e estrutura mínima de pessoal

Resultado da ação: Aumentar o número de Municípios com a equipe ESF adequada aos parâmetros normativos.

Responsável: Promotor de Justiça

3. Acompanhar as ações implementadas para adequação das equipes “Estratégia Saúde da Família” (ESF)

Resultado da ação: Obter diagnóstico de atuação do MPSC na área.

Responsável: CDH

Resultado esperado da iniciativa:

1. Aumentar a cobertura populacional das equipes ESF no território do Estado e adequar a estrutura de pessoal aos parâmetros normativos.

Indicadores	2014 (realizado)	2015 (meta)
Índice de Municípios compromissados em adequar a estrutura de pessoal das equipes ESF	ND	10%

Indicadores	2014 (realizado)	2015 (meta)
Índice de Municípios compromissados em garantir cobertura populacional integral pelas equipes ESF	ND	90%

ND – Não disponível

5. Atenção à Saúde Mental

Objetivo:

Promover a implantação e fiscalizar a execução de políticas públicas voltadas ao tratamento ambulatorial e, quando indicado, em regime de internação na área da saúde mental.

Público-Alvo:

População do Estado catarinense.

Ações a serem desenvolvidas:

1. Promover medidas visando à criação e/ou à ampliação de serviços voltados ao tratamento da saúde mental

Resultado da ação: Aumentar o número de serviços na área da saúde mental.

Responsável: Promotor de Justiça

2. Acompanhar as ações para a criação e/ou ampliação dos serviços na área de saúde mental

Resultado da ação: Obter diagnóstico da atuação do MPSC na área.

Responsável: CDH

Resultado esperado da iniciativa:

1. Aumentar o número de serviços na área de saúde mental.

Indicadores	2014 (realizado)	2015 (meta)
Número de serviços criados/estruturados na área de saúde mental em decorrência da ação do Ministério Público	ND	50
Índice de estabelecimentos com mais de 5 (cinco) leitos psiquiátricos que utilizam o Sistema de Cadastro Estadual de Internações Psiquiátricas Involuntárias (SIPI)	96%	100%

ND – Não disponível



CCO

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO
Consumidor

O.E. 2 – PROMOVER A PROTEÇÃO DOS DIREITOS COLETIVOS DOS CONSUMIDORES

Iniciativas Estratégicas - CCO

1. Alimento Sem Risco

Objetivo:

Reduzir a quantidade de resíduos agrotóxicos, em alimentos *in natura* e processados, a patamares tolerados pela legislação; eliminar a presença de resíduos de agrotóxicos, em alimentos *in natura* e processados, em desacordo com as culturas próprias; evitar a incidência de resíduos de agrotóxicos, cuja comercialização está proibida em Santa Catarina, em alimentos *in natura* ou processados; e conscientizar produtores e consumidores da necessidade de produção e consumo de alimentos que não acarretem riscos à saúde e à vida humana.

Público-Alvo:

Sociedade catarinense e fornecedores de alimento.

Ações a serem desenvolvidas:

1. Manter o monitoramento de alimentos *in natura* ou em processo de industrialização para identificar resíduos indevidos de agrotóxicos

Resultado da ação: Laudos de análise laboratorial e material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça.

Responsável: CCO, condicionado à participação dos parceiros

2. Promover medidas visando ao combate do uso indiscriminado de agrotóxicos

Resultado da ação: Intervenções dos Promotores de Justiça.

Responsável: Promotor de Justiça, sob demanda

3. Acompanhar as ações implementadas em relação aos laudos recebidos

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas.

Responsável: CCO

4. Desenvolver trabalho de educação sobre o uso legalmente permitido ou indevido de agrotóxico na produção agrícola e sobre o consumo de alimentos que não ofereçam riscos

Resultado da ação: Cartilhas e *folders*. Estimular projetos de ação educativa nas instituições de ensino.

Responsável: CCO

Resultado esperado da iniciativa:

1. Reduzir o percentual de alimentos contaminados com resíduos agrotóxicos em desconformidade legal, tomando por referência o total de produtos analisados.

Indicador	2014 (realizado)	2015 (meta)
Número de amostras de alimentos analisados, para aferir a presença de resíduos de agrotóxicos em desconformidade legal	512	720

2. Proteção Jurídico-Sanitária dos Consumidores de Produtos de Origem Animal (POA)

Objetivo:

Proteger a saúde dos consumidores, coibindo a produção e comercialização de produtos de origem animal que não atendam às normas sanitárias;

orientar manipuladores, comerciantes e consumidores para os riscos à saúde de no consumo de produtos inadequados e para a necessidade de adequação das estruturas de produção, armazenagem, transporte e comercialização de produtos às exigências legais; e ampliar o número de fornecedores certificados pelos órgãos competentes estaduais e federais.

Público-Alvo:

Consumidor de produtos de origem animal.

Ações a serem desenvolvidas:

1. Fomentar a fiscalização da comercialização de produtos de origem animal, por órgãos parceiros

Resultado da ação: Relatório de fiscalização, com material de apoio, para atuação das Promotorias de Justiça.

Responsável: CCO

2. Promover medidas visando à garantia dos direitos do consumidor de produtos de origem animal

Resultado da ação: Intervenções dos Promotores de Justiça.

Responsável: Promotor de Justiça, sob demanda

3. Acompanhar as ações implementadas em relação aos autos de fiscalizações

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas.

Responsável: CCO

4. Elaborar material, para inserção em rádios e, eventualmente, TV, sobre a comercialização e consumo de Produtos de Origem Animal

Resultado da ação: Material elaborado para divulgação em rádios e TV.

Responsável: CCO

5. Promover medidas visando à sensibilização de fornecedores e consumidores sobre a importância do POA

Resultado da ação: Distribuição de material didático do POA. Estimular projetos de ação educativa nas instituições de ensino.

Responsável: Promotor de Justiça

Resultado esperado da iniciativa:

1. Diminuir o percentual de irregularidades em relação ao número de fiscalizações realizadas.
2. Mensurar a quantidade de produtos apreendidos em toneladas, por tipos de irregularidades.

Indicador	2014 (realizado)	2015 (meta)
Número de Municípios fiscalizados, para aferir a presença de irregularidades	120	100



CECCON

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO
Controle de Constitucionalidade

O.E. 3 – PROMOVER A DEFESA DA CONSTITUCIONALIDADE EM FACE DE LEIS E ATOS NORMATIVOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

Iniciativa Estratégica – CECCON

1. Efetividade de Decisões em ADIs propostas pelo MPSC

Objetivo:

Diagnosticar os casos em que não são adotadas as providências para o cumprimento de decisões proferidas em Ação Direta de Inconstitucionalidade, cuja iniciativa seja do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, promovendo aquelas necessárias a tal efetividade.

Público-Alvo:

Órgãos de Execução do Ministério Público e órgãos públicos em geral.

Ações a serem desenvolvidas:

1. Identificar todas as decisões transitadas em julgado em ações diretas de inconstitucionalidade aforadas pelo MPSC, com adoção, quando pertinente, das medidas necessárias ao seu cumprimento

Resultado da ação: Decisões judiciais em ADIs identificadas.

Responsável: Procurador-Geral de Justiça, Promotor de Justiça e CECCON

Resultado esperado da iniciativa:

1. Promover o efetivo cumprimento das decisões judiciais proferidas em ações de inconstitucionalidade promovidas pelo MPSC.

Indicador	2014 (realizado)	2015 (meta)
Índice de finalização dos CEADIs instaurados e não finalizados em 2014	46,15%	100%



CCR

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
Criminal

O.E. 4 - QUALIFICAR A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO ENFRENTAMENTO DA CRIMINALIDADE

Iniciativas Estratégicas – CCR

1. Reestruturação do Controle Externo

Objetivo:

Permitir ao Promotor de Justiça o pleno desenvolvimento do exercício do controle externo da atividade policial, buscando uma aproximação entre as instituições para, em conjunto, tornar os procedimentos de investigação policial, cerne do trabalho do Promotor com atribuição no crime, mais eficiente e célere, prevenindo, orientando e fiscalizando eventuais deficiências ou faltas praticadas, com adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais que importem na efetividade dessa função.

Público-Alvo:

População do Estado catarinense.

Ações a serem desenvolvidas:

1. Realizar estudos visando à adequação da atuação especializada dos órgãos institucionais na área do controle externo

Resultado da ação: Estudos realizados para definir as medidas a serem executadas.

Responsável: CCR

2. Fiscalizar o exercício da Atividade Policial

Resultado da ação: Atividade policial fiscalizada (polícia civil, militar, perícia criminal e medicina legal).

Responsável: Promotor de Justiça

3. Investigar todas as mortes decorrentes de intervenção policial, também conhecido como “resistência seguida de morte em confronto com a Polícia”

Resultado da ação: Que cada morte decorrente de confronto com policial resulte, obrigatoriamente, na instauração de inquérito policial.

Responsável: Promotor de Justiça

4. Implementação das visitas técnicas em unidades policiais, de perícia e de medicina legal, nos moldes dos formulários da Resolução n. 20/2007/CNMP

Resultado da ação: Unidades policiais, de perícia e de medicina legal fiscalizadas.

Responsável: Promotor de Justiça

Resultado esperado da iniciativa:

1. Aumentar a participação do Ministério Público nas questões de Segurança Pública e no acompanhamento da atividade policial.

Indicadores	2014 (realizado)	2015 (meta)
Índice de visitas técnicas a Delegacias de Polícia, Unidades de Perícia e Unidades de Medicina Legal	ND	100%
Número de postulações/ações desenvolvidas em prol da segurança pública	27	30
Índice de inquéritos policiais instaurados em decorrência de óbitos em razão de “resistência seguida de morte em confronto com a Polícia”	ND	100%

ND – Não disponível

2. Controle da Execução Penal

Objetivo:

Detectar situações de risco e adotar as medidas necessárias quanto ao efetivo cumprimento das penas, além de combater as atividades ilícitas das organizações criminosas dentro das unidades prisionais e a corrupção dos agentes públicos do sistema carcerário.

Público-Alvo:

Pessoas submetidas à imposição de pena e a população catarinense.

Ações a serem desenvolvidas:

1. Promover medidas visando à manutenção, efetividade e criação e instalação de novas Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMAs)

Resultado da ação: Ações realizadas em parceria com o Poder Judiciário catarinense, com a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e com a Coordenação Técnico-Operacional das Centrais de Penas e Medidas Alternativas.
Responsável: CCR

2. Fiscalizar e acompanhar as atividades das Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMAs)

Resultado da ação: Relatórios detalhados sobre os trabalhos realizados pelas Centrais de Penas e Medidas Alternativas.
Responsáveis: Promotor de Justiça e CCR

3. Fiscalizar as Unidades Prisionais

Resultado da ação: Proximidade dos Promotores de Justiça com a realidade do sistema prisional. Elaboração de relatório. Unidades prisionais fiscalizadas.
Responsável: Promotor de Justiça

4. Promover medidas visando a melhorias no âmbito do sistema prisional do Estado

Resultado da ação: Unidades prisionais adequadas às exigências da Lei de Execução Penal.

Responsável: Promotor de Justiça

5. Promover medidas visando à atuação integrada com a Diretoria de Informações (DINF) da Secretaria de Justiça e Cidadania

Resultado da ação: Abastecimento dos bancos de dados do Ministério Público catarinense, com informações sensíveis de inteligência e segurança.

Responsável: CCR

6. Prestar apoio técnico-jurídico ao Grupo Estadual da Execução Penal (GEEP), abastecendo-o com todas as informações de segurança

Resultado da ação: Fortalecimento do GEEP.

Responsáveis: PGJ, CCR

7. Implementação da ferramenta “Calculadora Penal” e capacitação de seus usuários

Resultado da ação: Promotorias de Justiça da Execução Penal com equipes capacitadas para o uso da calculadora penal.

Responsável: CCR

Resultado esperado da iniciativa:

1. Aumentar a fiscalização do cumprimento das penas e medidas alternativas impostas.
2. Diminuir a reincidência.
3. Padronizar ações e encaminhamentos relacionados à execução penal.

Indicadores	2014 (realizado)	2015 (meta)
Índice de cumprimento das sanções impostas nas CPMAs	87,16%	90%
Índice de reincidência nas CPMAs	4,76%	3% ↓
Número de ações e providências para a melhoria das unidades prisionais	36	40
Índice de Promotorias de Justiça da Execução Penal com equipes capacitadas para o uso da Calculadora Penal	ND	100%

ND – Não disponível

3. Prioridade na Análise dos Inquéritos Policiais sobre Homicídio

Objetivo:

Conclusão dos inquéritos policiais, com uma das seguintes providências: denúncia por homicídio, denúncia por outro crime ou, ainda, não concluídos ou judicializados.

Público-Alvo:

Delegacias de Polícia.

Ações a serem desenvolvidas:

1. Fiscalizar a regular tramitação dos Inquéritos Policiais (IPs) de homicídios dolosos, instaurados, no ano de 2008, em Santa Catarina

Resultado da ação: Relatório dos Inquéritos Policiais de 2008, não concluídos e concluídos, em cada Comarca.

Responsável: Promotor de Justiça

2. Fiscalizar a regular tramitação dos Inquéritos Policiais (IPs) de homicídios dolosos, instaurados, no ano de 2009, em Santa Catarina

Resultado da ação: Relatório dos Inquéritos Policiais de 2009, não concluídos e concluídos, em cada Comarca.

Responsável: Promotor de Justiça

Resultado esperado da iniciativa:

1. Aumentar o número de ações penais iniciadas no Tribunal do Júri.
2. Atender à meta anual da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP).

Indicadores	2014 (realizado)	2015 (meta)
Índice da meta anual da ENASP 2008	82,61%	100%
Índice da meta anual da ENASP 2009	48,53%	100%

4. Investigação Criminal: crime organizado e lavagem de dinheiro

Objetivo:

Capacitar Promotores de Justiça e servidores que atuam na área criminal para melhorar o exercício da investigação criminal; orientar o trabalho investigativo e prevenir falhas operacionais; fortalecer essa importante atribuição reconhecida constitucionalmente ao Ministério Público; fomentar a observância das normas sobre a temática; e melhorar o combate às organizações criminosas e à lavagem de dinheiro.

Público-Alvo:

Promotores de Justiça e respectivas equipes de servidores que trabalham diretamente com a investigação criminal no MPSC.

Ações a serem desenvolvidas:

1. Capacitação em técnicas de investigação criminal

Resultado da ação: Capacitação de Promotores de Justiça e servidores que atuam na investigação criminal.

Responsável: CEAF

2. Capacitação em investigação de crime de lavagem de dinheiro e delitos praticados por organizações criminosas

Resultado da ação: Capacitação de Promotores de Justiça e servidores que atuam na investigação desses crimes específicos.

Responsável: CEAF

3. Qualificação e atualização dos Membros do Ministério Público sobre o conhecimento no âmbito das perícias criminais

Resultado da ação: Capacitação de Promotores de Justiça da área criminal a fim de entenderem, discutirem, quesitarem e questionarem perícias.

Responsável: CEAF

Resultado esperado da iniciativa:

1. Qualificação das pessoas que trabalham na área de investigação criminal dentro da Instituição.
2. Fortalecimento da atividade investigatória do MPSC.

Indicador	2014 (realizado)	2015 (meta)
Índice de membros e servidores especializados, com atuação na área criminal, capacitados	ND	100%

ND – Não disponível



CIJ

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA
Infância e Juventude

O.E. 5 – PROMOVER E DEFENDER OS DIREITOS E GARANTIAS INFANTOJUVENIS

Iniciativas Estratégicas – CIJ

1. Programa de Fortalecimento da Educação e APOIA

Objetivo:

Fortalecer as políticas públicas intersetoriais relacionadas à educação infantojuvenil.

Público-Alvo:

Crianças e adolescentes que necessitam de medidas para garantia do pleno direito à educação, além de seus responsáveis legais.

Ações a serem desenvolvidas:

1. Promover medidas visando ao retorno de alunos evadidos ou infrequentes

Resultado da ação: Procedimentos instaurados para promover o retorno de alunos evadidos ou infrequentes à escola.

Responsável: Promotor de Justiça

2. Acompanhar as ações e os resultados do Programa APOIA

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas e estatísticas obtidas com o Sistema APOIA *Online*.

Responsável: CIJ

3. Promover medidas visando à atuação integrada com as instituições do Sistema de Garantia de Direitos voltados à educação infantojuvenil

Resultado da ação: Criação de Grupos de Trabalho (GTs) em cada Município e fomento à criação de um Fórum Estadual permanente em prol da educação infantojuvenil.

Responsável: CIJ

4. Desenvolver fluxo de trabalho com o intuito de orientar os Promotores de Justiça a fomentarem a criação de grupos de trabalho interinstitucionais destinados à melhoria da qualidade do ensino da educação básica

Resultado da ação: Aumento da qualidade no ensino da educação básica.

Responsável: CIJ

5. Organizar o Seminário “Sistema de Justiça e Educação”

Resultado da ação: Capacitação dos atores do Sistema de Justiça do Sistema de Garantias.

Responsável: CIJ

Resultado esperado da iniciativa:

1. Aumentar o retorno à sala de aula de alunos evadidos e infrequentes.

Indicadores	2014 (realizado)	2015 (meta)
Índice de alunos de 4 a 17 anos, das redes educacionais públicas (três esferas) e particulares, abrangidos pelo sistema APOIA <i>Online</i>	64,83%	75%
Índice de Municípios com Termos de Adesão ao sistema APOIA <i>Online</i> firmados	76,94%	90%

2. Saúde Mental Infantojuvenil

Objetivo:

Incentivar o aperfeiçoamento da estrutura da rede de atendimento em saúde mental infantojuvenil na baixa, média e alta complexidade do SUS.

Público-Alvo:

Crianças e adolescentes que necessitam de atendimento na área da saúde mental infantojuvenil, além de seus responsáveis legais.

Ações a serem desenvolvidas:

1. Acompanhar as ações para o incremento dos serviços na rede de saúde mental infantojuvenil

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento das ações realizadas para o incremento da quantidade de equipes de saúde mental na atenção básica (NASF).

Responsável: CIJ

2. Promover medidas visando à garantia do direito à saúde mental infantojuvenil mediante a ampliação do número de Centros de Atenção Psicossocial infantojuvenil (CAPSi)

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas.

Responsável: Promotor de Justiça

3. Promover medidas visando à garantia do direito à saúde mental infantojuvenil mediante a ampliação do número de vagas infantojuvenis de alta complexidade

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas.

Responsável: Promotor de Justiça

4. Promover ações para a criação de unidades de acolhimento infantojuvenis de acordo com a Rede de Atendimento Psicossocial

Resultado da ação: Criação das unidades de acolhimento infantojuvenis.

Responsável: Promotor de Justiça

Resultado esperado da iniciativa:

1. Aumentar o número de atendimentos em saúde mental infantojuvenil na baixa, média e alta complexidade, reduzindo a demanda reprimida em todo o Estado.

Indicador	2014 (realizado)	2015 (meta)
Número de leitos psiquiátricos infantojuvenis	4	12

3. Programa de Fortalecimento do Sistema Socioeducativo Catarinense

Objetivo:

Estruturar o Sistema Socioeducativo Catarinense de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Público-Alvo:

Adolescentes em conflito com a lei e seus representantes legais.

Ações a serem desenvolvidas:

1. Promover medidas visando ao fortalecimento do Sistema Socioeducativo Catarinense

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas.

Responsável: Promotor de Justiça

2. Implantar Programa de Aprendizagem no MPSC

Resultado da ação: Oferecer vagas de aprendizagem para adolescentes, com idade superior a 14 anos, em situação de vulnerabilidade, hipossuficiência ou em cumprimento de medida socioeducativa.

Responsável: PGJ

3. Realizar diagnóstico da implantação dos Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo

Resultado da ação: Identificar o número de Municípios com Planos Municipais aprovados.

Responsável: CIJ

4. Promover medidas visando à criação dos Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo

Resultado da ação: Fomentar a criação dos Planos Municipais de Atendimento nos Municípios que ainda não os tenham aprovado.

Responsável: Promotor de Justiça

Resultado esperado da iniciativa:

1. Incrementar o número de programas socioeducativos em meio aberto.

Indicadores	2014 (realizado)	2015 (meta)
Índice de Municípios com Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo aprovado	ND	50%
Índice de Municípios com Programas Socioeducativos em Meio Aberto com equipe estruturada	ND	20%

ND – Não disponível



CME

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO
Meio Ambiente

O.E. 6 – ASSEGURAR A DEFESA E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE URBANO E RURAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Iniciativas Estratégicas – CME

1. Programa Lixo Nosso de Cada Dia

Objetivo:

Promover a recuperação de áreas degradadas, a destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, além de estimular os órgãos de execução a exigir implantação de políticas públicas.

Público-Alvo:

Administração municipal e população catarinense.

Ações a serem desenvolvidas:

1. Diagnosticar a situação relativa à elaboração e publicação dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Resultado da ação: Relatório de avaliação dos Municípios e material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça.

Responsável: CME

2. Promover medidas visando à aprovação por lei dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas.

Responsável: Promotor de Justiça Regional do Meio Ambiente

3. Acompanhar as medidas para a elaboração e aprovação dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas.

Responsável: CME

4. Promover medidas visando à adequação dos aterros sanitários de resíduos sólidos domiciliares no Estado de Santa Catarina (controle da vida útil, licitude e eficiência dos aterros)

Resultado da ação: Aterros sanitários de resíduos sólidos domiciliares adequados.

Responsável: Promotor de Justiça Regional do Meio Ambiente

5. Acompanhar as medidas para a adequação dos aterros sanitários no Estado de Santa Catarina

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas para a adequação dos aterros sanitários.

Responsável: CME

6. Obter o diagnóstico dos aterros de resíduos industriais no Estado

Resultado da ação: Relatório sobre os aterros de resíduos industriais licenciados.

Responsável: CME

7. Obter o diagnóstico dos aterros de resíduos de serviços de saúde no Estado

Resultado da ação: Relatório sobre os aterros de serviços de saúde licenciados.

Responsável: CME

Resultado esperado da iniciativa:

1. Aumentar o número de Municípios com Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.
2. Aumentar o número de aterros sanitários em condições sustentáveis.
3. Promover a correta destinação dos resíduos.

Indicadores	2014 (realizado)	2015 (meta)
Índice de Municípios com Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos aprovados em lei	11,86%	50%
Índice de aterros sanitários de resíduos sólidos domiciliares em condições sustentáveis	ND	100%

ND – Não disponível

2. Programa Saneamento Básico

Objetivo:

Aumentar o índice de esgotamento sanitário e a eficiência dos sistemas de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

Público-Alvo:

Administração municipal e população catarinense.

Ações a serem desenvolvidas:

1. Diagnosticar a situação dos Municípios quanto à elaboração e publicação dos Planos Municipais de Saneamento Básico

Resultado da ação: Diagnóstico realizado.

Responsável: CME

2. Promover medidas visando à elaboração e aprovação por lei dos Planos Municipais de Saneamento Básico

Resultado da ação: Planos aprovados por lei.

Responsável: Promotor de Justiça Regional do Meio Ambiente

3. Diagnosticar a atuação dos Municípios para efeito de implementação dos Planos Municipais de Saneamento Básico

Resultado da ação: Planos implementados.

Responsável: CME

Resultado esperado da iniciativa:

1. Aumentar o número de Municípios com planos de saneamento.
2. Aumentar o percentual da população beneficiada com sistema de esgoto sanitário.

Indicador	2014 (realizado)	2015 (meta)
Índice de Municípios com Plano de Saneamento Básico aprovados em lei	26,78%	70%

3. Programa Ordem Urbanística

Objetivo:

Zelar pela sustentabilidade das cidades; regularizar áreas degradadas; proteger áreas especialmente protegidas; fiscalizar o uso e a ocupação do solo urbano; e acompanhar a elaboração e as respectivas alterações legislativas.

Público-Alvo:

Administração municipal e sociedade catarinense.

Ações a serem desenvolvidas:

1. Diagnosticar a situação dos Municípios quanto à existência e à adequação dos planos diretores municipais

Resultado da ação: Diagnóstico e material de apoio para atuação dos Promotores de Justiça.

Responsável: CME

2. Promover medidas visando à implementação, adequação e atualização dos Planos Diretores

Resultado da ação: Existência de Planos Diretores nos Municípios de acordo com obrigatoriedade prevista em lei.

Responsável: Promotor de Justiça

3. Estimular o poder municipal para a elaboração do diagnóstico socioambiental com a finalidade de mapear a delimitação da área urbana consolidada para os fins cabíveis

Resultado da ação: Delimitação das áreas urbanas consolidadas para fins de regularização fundiária.

Responsável: Promotor de Justiça

Resultado esperado da iniciativa:

1. Promover o planejamento urbano e o crescimento ordenado dos Municípios.

Indicadores	2014 (realizado)	2015 (meta)
Índice de Municípios com planos diretores atualizados	18,18%	50%
Índice de Municípios com diagnóstico socioambiental realizado	ND	20%

ND – Não disponível



CMA

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA
Moralidade Administrativa

O.E. 7 – COMBATER A CORRUPÇÃO E DEFENDER COM EFICIÊNCIA O PATRIMÔNIO PÚBLICO E A MORALIDADE ADMINISTRATIVA

Iniciativas Estratégicas – CMA

1. LIMPE

Objetivo:

Criar métodos direcionados à análise, tramitação e condução dos procedimentos administrativos e judiciais, objetivando uma solução eficiente na tutela do patrimônio público e da Moralidade Administrativa.

Público-Alvo:

Sociedade catarinense e Promotores de Justiça que atuam na moralidade administrativa.

Ações a serem desenvolvidas:

1. Diagnosticar qualitativa e quantitativamente o passivo de Procedimentos Extrajudiciais em Tramitação (PET)

Resultado da ação: Formar uma série histórica de dados consistentes, que permita um acompanhamento constante da tramitação dos procedimentos extrajudiciais em curso e, no futuro, um diagnóstico mais preciso sobre as causas que impactam no tempo de tramitação das investigações na área da Moralidade Administrativa.

Responsável: CMA

2. Acompanhar a evolução quantitativa dos Procedimentos Extrajudiciais em Tramitação (PET)

Resultado da ação: Relatório quantitativo dos Procedimentos Extrajudiciais em Tramitação.

Responsável: CMA

3. Diagnosticar o tempo médio dos Procedimentos Extrajudiciais em Tramitação (PET) durante o ano de 2015

Resultado da ação: Relatório do tempo médio dos Procedimentos Extrajudiciais em Tramitação.

Responsável: CMA

4. Identificar “práticas de investigação” bem sucedidas, dentro e fora do MPSC

Resultado da ação: Reunir “práticas” de sucesso, identificando seu método de investigação para possibilitar que seja replicado, de forma estruturada, em casos semelhantes.

Responsável: CMA

Resultado esperado da iniciativa:

1. Redução do tempo médio da tramitação dos procedimentos extrajudiciais da moralidade administrativa.

Indicadores	2014 (realizado)	2015 (meta)
Número de procedimentos instaurados anteriormente a 31/12/2009 e finalizados até 31/12/2015	ND	100%
Número de “práticas” identificadas como bem sucedidas	ND	2

ND – Não disponível

2. Transparência e Cidadania

Objetivo:

Promover a defesa da transparência e do acesso à informação na administração pública, por meio do cumprimento das Leis de Acesso à Informação e da Transparência pelos órgãos da administração pública, direta e indireta, estaduais e municipais.

Público-Alvo:

Administrações públicas, diretas e indiretas, estaduais e municipais.

Ações a serem desenvolvidas:

1. Promover medidas visando à atuação integrada com *stakeholders* (como os Observatórios Sociais) para a obtenção de informações quantitativas e qualitativas, no âmbito do referido programa

Resultado da ação: Análises e avaliações dos Sítios Oficiais e Portais de Transparência dos Poderes Executivo e Legislativo municipais.

Responsável: CMA

2. Promover medidas visando ao saneamento das irregularidades identificadas

Resultado da ação: Saneamento das irregularidades constatadas.

Responsável: Promotores de Justiça

3. Acompanhar os sítios oficiais e portais de transparência dos órgãos públicos quanto à disponibilização de informações exigidas pela lei

Resultado da ação: Reanálise de todos os Sítios Oficiais dos Municípios (Executivo e Câmara de Vereadores).

Responsável: CMA

Resultado esperado da iniciativa:

1. Cumprimento, pelos Municípios catarinenses com mais de 10.000 habitantes, da obrigatoriedade de divulgação das informações por meio de sítios oficiais ou portais da transparência.

Indicador	2014 (realizado)	2015 (meta)
Índice de Sítios Oficiais e Portais de Transparência analisados	ND	100%

ND – Não disponível



COT

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA
Ordem Tributária

O.E. 8 – PREVENIR E REPRIMIR A SONEGAÇÃO FISCAL NOS ÂMBITOS ESTADUAL E MUNICIPAL

Iniciativas Estratégicas – COT

1. Programa Saúde Fiscal dos Municípios

Objetivo:

Incentivar a implementação de estrutura, fiscalização e cobrança dos tributos municipais.

Público-Alvo:

Sociedade catarinense e administrações municipais.

Ações a serem desenvolvidas:

1. Acompanhar as medidas visando à conscientização dos agentes públicos municipais e sociedade sobre a importância da arrecadação municipal, por meio da cobrança regular de tributos

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas.

Responsável: COT

2. Elaborar Curso de Noções Gerais de Direito Tributário a todos os auditores fiscais municipais do Estado

Resultado da ação: Entrega de CD com as aulas gravadas de direito tributário às Prefeituras do Estado.

Responsável: COT

3. Promover *workshops* de crimes contra a ordem tributária aos auditores fiscais municipais do Estado

Resultado da ação: Realização de *workshops* nas associações de Municípios do Estado.

Responsável: COT

4. Elaborar Material de Apoio relativamente aos tributos municipais passíveis de tipificação de crimes contra a ordem tributária – Imposto Sobre Serviços (ISS) e Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) – para distribuição aos membros e Promotorias de Justiça que atuam no combate à sonegação fiscal

Resultado da ação: Impressão de material de apoio, cartilha.

Responsável: COT

5. Promover medidas visando a assegurar o efetivo repasse do Valor Adicionado aos Municípios produtores que se encontram em prejuízo com a atual interpretação da legislação

Resultado da ação: Adoção de ações judiciais e/ou extrajudiciais cabíveis.

Responsável: Promotores de Justiça

Resultado esperado da iniciativa:

1. Diminuir a sonegação fiscal no âmbito municipal.

Indicadores	2014 (realizado)	2015 (meta)
Índice de Municípios participantes dos <i>workshops</i> de crimes contra a ordem tributária	ND	76%
Índice de Promotorias de Justiça, de Comarcas-Sede de unidades fabris das agroindústrias, que promoveram ações judiciais e/ou extrajudiciais visando à adequação da interpretação do cálculo do Valor Adicionado	ND	50%

Indicadores	2014 (realizado)	2015 (meta)
Índice de Prefeituras que receberam o curso de Noções Gerais de Direito Tributário	ND	100%

ND – Não disponível

2. Programa União contra a Sonegação

Objetivo:

Interagir, contínua e progressivamente, com instituições e órgãos públicos cujas atividades estejam relacionadas à ordem tributária.

Público-Alvo:

Dirigentes de instituições e órgãos públicos cujas atividades estejam relacionadas à ordem tributária.

Ações a serem desenvolvidas:

1. Acompanhar a execução dos termos de cooperação técnica firmados relacionados à ordem tributária

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas.

Responsável: COT

2. Acompanhar as medidas que visam à atuação institucional integrada com as Secretarias Municipais da Fazenda, Procuradorias-Gerais dos Municípios e demais órgãos

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas.

Responsável: COT

3. Promover medidas para manutenção da Cooperação Técnica em vigor entre Secretaria de Estado da Fazenda, Procuradoria-Geral do Estado e Ministério Público

Resultado da ação: Prorrogação do Termo de Cooperação Técnica entre SEF-SC, MPSC e PGE-SC.

Responsável: COT

Resultado esperado da iniciativa:

1. Aumentar o número de termos de cooperação técnica firmados e/ou aperfeiçoar os termos existentes entre o Ministério Público e as instituições cujas atividades estejam relacionadas à ordem tributária.

Indicador	2014 (realizado)	2015 (meta)
Índice de Municípios que encaminharam às PJs representações de notificações fiscais	ND	10%

ND – Não disponível

3. Programa Combate à Sonegação Fiscal

Objetivo:

Buscar a responsabilização criminal dos infratores, intensificando a recuperação dos tributos sonegados.

Público-Alvo:

Autores e partícipes de crimes contra a ordem tributária.

Ações a serem desenvolvidas:

1. Acompanhar a transformação da 20ª Promotoria de Justiça Especializada da Capital para uma Promotoria de Justiça Regional de Combate aos Crimes contra a Ordem Tributária

Resultado da ação: Transformar a 20ª Promotoria de Justiça como Regional da Ordem Tributária na Grande Florianópolis.

Responsável: COT

2. Promover medidas para combater a sonegação fiscal do produtor rural

Resultado da ação: Diminuir a sonegação fiscal dos produtores rurais.

Responsável: Promotores de Justiça

3. Promover medidas para combater a sonegação fiscal estadual

Resultado da ação: Diminuir a sonegação fiscal no âmbito estadual.

Responsável: Promotores de Justiça

Resultado esperado da iniciativa:

1. Concluir a inserção das Comarcas do Estado na Regionalização da Ordem Tributária.

2. Diminuir a sonegação fiscal, intensificando, indiretamente, a recuperação dos tributos sonegados.

Indicadores	2014 (realizado)	2015 (meta)
Índice de Comarcas inseridas na regionalização da ordem tributária	94%	100%
Índice de Promotorias de Justiça que promoveram ações judiciais e/ou extrajudiciais visando ao combate à sonegação fiscal dos produtores rurais	1%	5%

Composição da Administração

Procurador-Geral de Justiça

Lio Marcos Marin

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Antenor Chinato Ribeiro

Gerente de Acompanhamento dos Fundos Especiais

Keli Soares de Anhaia

Gerente de Processos Jurídicos Digitais

Paulo Cesar Allebrandt

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais

Walkyria Ruicir Danielski

Secretário-Geral do Ministério Público

Cid Luiz Ribeiro Schmitz

Assessores do Procurador-Geral de Justiça

Durval da Silva Amorim

Fábio Strecker Schmitt

Abel Antunes de Mello

Maury Roberto Viviani

Marcelo Gomes Silva

Rogério Ponzi Seligman

Havah Emília Piccinini de Araújo Mainhardt

Colégio de Procuradores de Justiça

Presidente: Lio Marcos Marin

Paulo Antônio Günther

José Galvani Alberton

Odil José Cota

Paulo Roberto Speck

Raul Schaefer Filho

Pedro Sérgio Steil

José Eduardo Orofino da Luz Fontes

Humberto Francisco ScharfVieira

João Fernando Quagliarelli Borrelli

Hercília Regina Lemke

Mário Gemin

Gilberto Callado de Oliveira

Antenor Chinato Ribeiro

Narcísio Geraldino Rodrigues

Jacson Corrêa

Anselmo Jeronimo de Oliveira

Basílio Elias De Caro

Aurino Alves de Souza

Paulo Roberto de Carvalho Roberge

Tycho Brahe Fernandes

Guido Feuser
Plínio Cesar Moreira
André Carvalho
Gladys Afonso
Paulo Ricardo da Silva
Vera Lúcia Ferreira Copetti
Lenir Roslindo Piffer
Paulo Cezar Ramos de Oliveira
Gercino Gerson Gomes Neto
Francisco Bissoli Filho
Newton Henrique Trennepohl
Heloísa Crescenti Abdalla Freire
Fábio de Souza Trajano
Norival Acácio Engel
Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes
Ivens José Thives de Carvalho
Walkyria Ruicir Danielski
Alexandre Herculano Abreu
Durval da Silva Amorim
Vânio Martins de Faria
Américo Bigaton
Eliana Volcato Nunes
Sandro José Neis
Mário Luiz de Melo
Rogério Antônio da Luz Bertoncini
Genivaldo da Silva
Rui Arno Richter
Cristiane Rosália Maestri Böell
Luiz Ricardo Pereira Cavalcanti - *Secretário*

Conselho Superior do Ministério Público

Membros Natos

Presidente: Lio Marcos Marin - Procurador-Geral de Justiça
Gilberto Callado de Oliveira - Corregedor-Geral

Representantes do Colégio de Procuradores

Odil José Cota
Pedro Sérgio Steil
Vera Lúcia Ferreira Copetti

Representantes da Primeira Instância

Narcísio Geraldino Rodrigues
Gercino Gerson Gomes Neto
Fábio de Souza Trajano
Américo Bigaton
Sandro José Neis
Gladys Afonso
Durval da Silva Amorim
Rui Arno Afonso

Secretário: Cid Luiz Ribeiro Schmitz

Corregedor-Geral do Ministério Público

Gilberto Callado de Oliveira

Subcorregedor-Geral

José Galvani Alberton

Secretário

Adalberto Exterkotter

Coordenador de Acompanhamento Funcional

Jair Alcides dos Santos

Coordenadora de Serviços Administrativos e Controle Disciplinar

Berenice Chaves Gomes

Promotores de Justiça Assessores do Corregedor-Geral

Fabiano Henrique Garcia

Maria Amélia Borges Moreira Abbad

Marcelo de Tarso Zanellato

Sandro de Araújo

Coordenadoria de Recursos Cíveis

Fábio de Souza Trajano - Coordenador

Promotora Assessora

Aline Dalle Laste

Coordenadoria de Recursos Criminais

Aurino Alves de Souza - Coordenador

Promotor Assessor

Gustavo Wiggers

Ouvidor

Vânio Martins de Faria

Coordenador-Geral dos Centros de Apoio Operacional

Basílio Elias de Caro

Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Terceiro Setor

Caroline Moreira Suzin – Coordenadora

Caroline Cabral Zonta– Coordenadora Adjunta

Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade

Basílio Elias De Caro - Coordenador

Centro de Apoio Operacional do Consumidor

Greícia Malheiros da Rosa Souza - Coordenadora

Centro de Apoio Operacional Criminal

Onofre José Carvalho Agostini - Coordenador

Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

Marcelo Wegner - Coordenador

Centro de Apoio Operacional de Informações Técnicas e Pesquisas

João Carlos Teixeira Joaquim - Coordenador

Laudares Capella Filho - Coordenador Adjunto

Gerente de Análise Multidisciplinar

Fábio Rogério Matiuzzi Rodrigues

Gerente de Análise Contábil

Douglas da Silveira

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente

Paulo Antonio Locatelli - Coordenador

Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa

Davi do Espírito Santo - Coordenador

Samuel Dal-Farra Napolini - Coordenador Adjunto

Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária

Murilo Casemiro Mattos - Coordenador

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Helen Crystine Corrêa Santos- Diretora

Gerente de Arquivo e Documentos

Selma de Souza Neves

Gerente de Biblioteca

Rosiane Maria Campos

Gerente de Publicações e Revisões

Lucia Anilda Miguel

Gerente de Capacitação e Aperfeiçoamento

Luciana Andrea Mattos

Coordenadoria de Inteligência e Segurança Institucional

Sidney Eloy Dalabrida – Coordenador

Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) da Capital

Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin – Coordenador

Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) de Joinville

Assis Marciel Kretzer – Coordenador

Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) de Chapecó

Fabiano David Baldissarelli – Coordenador

Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) de Criciúma

Luiz Fernando Góes Ulysséa - Coordenador

Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) de Lages

Joel Rogério Furtado Júnior - Coordenador

Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) de Itajaí

Jean Michel Forest - Coordenador

Casa Militar

Cel. Rogério Martins

Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais

Ex-Procuradores-Gerais de Justiça

José Galvani Alberton

Pedro Sérgio Steil

Representante do Segundo Grau:

João Fernando Quagliarelli Borrelli

Representantes do Primeiro Grau:

1ª Região - Extremo Oeste	Daniel Granzotto Nunes
2ª Região - Oeste	Júlio André Locatelli
3ª Região - Meio Oeste	Jean Pierre Campos
4ª Região - Planalto Serrano	Carlos Henrique Fernandes
5ª Região - Alto Vale do Itajaí	Caroline Sartori Velloso
6ª Região - Médio Vale do Itajaí	Felipe Martins de Azevedo
7ª Região - Vale do Rio Itajaí e Tijucas	Lenice Born Silva
8ª Região - Grande Florianópolis	Jádel da Silva Júnior
9ª Região - Planalto Norte	Pedro Roberto Decomain
10ª Região - Norte	Márcio Cota
11ª Região - Sul	Sandro Ricardo Souza
12ª Região - Extremo Sul	Cristine Angulski da Luz

Órgãos Administrativos da PGJ

Coordenador-Geral Administrativo

Adaauto Viccari Júnior

Coordenador de Auditoria e Controle

Rubinei Huttner Fischer

Coordenadora de Comunicação Social

Luciana Wasum Carvalho

Coordenador de Finanças e Contabilidade

Márcio Abelardo Rosa

Gerente de Contabilidade

Luana Henrique Nunes

Gerente de Finanças

Sérgio Luiz Kraeski

Gerente de Execução Orçamentária

Ivania Maria de Lima

Coordenadora de Operações Administrativas

Doris Mara Eller Brüggemann

Gerente de Almoxarifado

Luís Antônio Buss

Gerente de Compras

Samuel Wesley Elias

Gerente de Transportes

Jacqueline Figueró Jeske

Gerente de Patrimônio

Ângelo Vitor Oliveira

Gerente de Contratos

Sara Souza da Silva Amorim

Coordenadora de Pagamento de Pessoal

Maria Inês Finger Martins

Gerente de Remuneração Funcional

Renato Kraus

Coordenadora de Planejamento

Isabel Cristina Silveira de Sá

Gerente de Informações e Projetos

Luís Morais Neto

Coordenador de Processos e Informações Jurídicas

Denis Moreira Cunha

Gerente Operacional de Tramitação e Informação de Processos

Larisse Silva Roman

Coordenadora de Recursos Humanos

Silvana Maria Pacheco

Gerente de Cadastro e Informações Funcionais

Thiagus Mateus Batista

Gerente de Atenção à Saúde

Anarrosa Garcia Silveira

Gerente de Desenvolvimento de Pessoas

Emanuella Koerich Zappellini

Gerente de Estágio

André Luiz Grams

Gerente de Legislação de Pessoal

Janete Aparecida Coelho Probst

Coordenador de Tecnologia da Informação

Oldair Zanchi

Gerente de Desenvolvimento

Giorgio Santos Costa Merize

Gerente de Rede e Banco de Dados

Júlio Cesar Moriguti

Gerente de Suporte

Rodrigo de Souza Zeferino

Coordenador de Engenharia e Arquitetura

Fabício Kremer de Souza

Gerente de Manutenção

Rômulo César Carlesso

Gerente de Logística

Ricardo Alexandre Oliveira

Coordenador de Informação Social

Christian Rosa

Promotores de Justiça, por entrância e antiguidade na carreira

Entrância Especial

Ernani Dutra
Donaldo Reiner
Saulo Torres
Moacir José Dal Magro
James Faraco Amorim
Paulo Roberto Luz Gottardi
Janir Luiz Della Giustina
Aor Steffens Miranda
Murilo Casemiro Mattos
Sidney Eloy Dalabrida
Fábio Strecker Schmitt
Neori Rafael Krahl
Monika Pabst
Sonia Maria Demeda Groisman Piardi
Marcílio de Novaes Costa
Jorge Orofino da Luz Fontes
Onofre José Carvalho Agostini
Carlos Alberto de Carvalho Rosa
Rogê Macedo Neves
Jayne Abdala Bandeira
Abel Antunes de Mello
Leonardo Felipe Cavalcanti Lucchese
Carlos Henrique Fernandes
Davi do Espírito Santo
César Augusto Grubba
Rui Carlos Kolb Schiefler
Henrique Limongi
Ary Capella Neto
Kátia Helena Scheidt Dal Pizzol
Hélio José Fiamoncini
André Fernandes Indalencio
Paulo Antonio Locatelli
Alex Sandro Teixeira da Cruz
Cid Luiz Ribeiro Schmitz
Protásio Campos Neto
Rosemary Machado Silva
Vera Lúcia Coro Bedinoto
Flávio Duarte de Souza
Marcelo Truppel Coutinho
Margaret Gayer Gubert Rotta
Ângela Valença Bordini
Ricardo Marcondes de Azevedo
Miguel Luís Gnigler
Marcelo Wegner

Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin
Sérgio Ricardo Joesting
Andreas Eisele
Leonardo Henrique Marques Lehmann
Gustavo Mereles Ruiz Diaz
Fernando Linhares da Silva Júnior
Maristela Nascimento Indalencio
Thais Cristina Scheffer
Darci Blatt
Maury Roberto Viviani
Eduardo Paladino
Júlio César Mafra
Isaac Newton Belota Sabbá Guimarães
Felipe Martins de Azevedo
Daniel Paladino
Francisco de Paula Fernandes Neto
Luis Eduardo Couto de Oliveira Souto
Vânia Augusta Cella Piazza
Fabiano David Baldissarelli
Assis Marciel Kretzer
Joubert Odebrecht
Andrey Cunha Amorim
Julio André Locatelli
Marcelo Brito de Araújo
Juliana Padrão Serra de Araújo
Rafael de Moraes Lima
Luiz Augusto Farias Nagel
Joel Rogério Furtado Júnior
Rogério Ponzi Seligman
Helen Crystine Corrêa Sanches
Geovani Werner Tramontin
George André Franzoni Gil
Kátia Rosana Pretti Armange
Luciano Trierweiller Naschenweng
Rosangela Zanatta
Cristina Balceiro da Motta
Anelize Nascimento Martins Machado
Fabrício Nunes
Nazareno Bez Batti
Affonso Ghizzo Neto
Celso Antonio Ballista Junior
Fabrício José Cavalcanti
Marcelo Gomes Silva
Diana Spalding Lessa Garcia
Fabiano Henrique Garcia
Wilson Paulo Mendonça Neto

Benhur Poti Betiolo
Fernando da Silva Comin
Silvana Schmidt Vieira
Ana Paula Cardoso Teixeira
Alexandre Piazza
Ricardo Paladino
Hélio Sell Júnior
Carlos Alberto Platt Nahas
Jackson Goldoni
Luciana Rosa
André Otávio Vieira de Mello
Maurício de Oliveira Medina
Jádel da Silva Júnior
Márcia Aguiar Arend
Raul de Araujo Santos Neto
Vera Lúcia Butzke
Cláudia Mara Nolli
Debora Wanderley Medeiros Santos
Rosan da Rocha
Ricardo Luis Dell'Agnolo
Álvaro Luiz Martins Veiga
Andréa da Silva Duarte
Alexandre Wiethorn Lemos
Mário Vieira Júnior
Sandro Ricardo Souza
Sandro de Araujo
Jonnathan Augustus Kuhnen
Maria Amélia Borges Moreira Abbad
Gilberto Polli
João Carlos Teixeira Joaquim
Ricardo Figueiredo Coelho Leal
José de Jesus Wagner
Jean Michel Forest
Osvaldo Juvencio Cioffi Junior
Rodrigo Silveira de Souza
Amélia Regina da Silva
Milani Maurilio Bento
Gustavo Wiggers
Alvaro Pereira Oliveira Melo
Marcelo Mengarda
Simone Cristina Schultz Corrêa
Luiz Fernando Góes Ulysséa
Rafael Alberto da Silva Moser
Fábio Fernandes de Oliveira Lyrio
Alan Boettger
Max Zuffo
Mauro Canto da Silva
Caio César Lopes Peiter
Marcus Vinícius Ribeiro de Camillo
Havah Emília Piccinini de Araújo Mainhardt
Vânia Lúcia Sangalli
Odair Tramontin
Adalberto Exterkötter
Cléber Augusto Hanisch
Giovanni Andrei Franzoni Gil

Heloisa Melo Enns
Renee Cardoso Braga
Roberta Mesquita e Oliveira Tauscheck
Deize Mari Oechsler
Leonardo Todeschini
Luis Suzin Marini Júnior
Wagner Pires Kuroda
Cristian Richard Stahelin Oliveira
Jussara Maria Viana
Jadson Javel Teixeira
Marcelo de Tarso Zanellato
Caroline Moreira Suzin
Guilherme Luis Lutz Morelli
Luciana Uller
Jean Pierre Campos
Rodrigo Cunha Amorim
Aristeu Xenofontes Lenzi
José Eduardo Cardoso
Alexandre Schmitt dos Santos
Cristina Costa da Luz Bertoncini
Rodrigo Millen Carlin
Gustavo Viviani de Souza
Márcio Conti Junior
Aurélio Giacomelli da Silva
Alexandre Carrinho Muniz
Ricardo Viviani de Souza
Susana Perin Carnaúba
Andréa Machado Speck
Daniel Westphal Taylor
Murilo Adaghinari
Marcio André Zattar Cota

Entrância Final

Maria Regina Dexheimer Lakus Forlin
Alexandre Daura Serratine
Pedro Roberto Decomain
Eraldo Antunes
Karla Bárdio Meirelles
Viviane Gastaldon Damiani Silveira Mira
José Orlando Lara Dias
João Carlos Linhares Silveira
Douglas Alan Silva
Laudares Capella Filho
Sandra Goulart Giesta da Silva
José Renato Côrte
Rodrigo Kurth Quadro
Marco Antonio Schütz de Medeiros
Alicio Henrique Hirt
Cristiano José Gomes
Andrea Gevaerd
Rafael Meira Luz
Ana Cristina Boni
Jorge Eduardo Hoffmann
Cássio Antonio Ribas Gomes

Fabrcio Franke da Silva
Cristine Angulski da Luz
Eduardo Chinato Ribeiro
Andrc Teixeira Milioli
Marcionei Mendes
Fernanda Crevanzi Vailati
João Alexandre Massulini Acosta
Cesar Augusto Engel
Carla Mara Pinheiro Miranda
Andrc Braga de Araujo
Diógenes Viana Alves
Tatiana Rodrigues Borges Agostini
Samuel Dal-Farra Napolini
Belmiro Hanisch Júnior
Raul Gustavo Juttel
Glauco José Riffel
Carlos Eduardo Cunha
Carlos Renato Silvy Teive
Germano Krause de Freitas
Luciana Schaefer Filomeno
Marcio Rio Branco Nabuco de Gouvêa
Eduardo Sens dos Santos
Júlio Fumo Fernandes
Henrique da Rosa Ziesemer
Diego Rodrigo Pinheiro
Alexandre Estefani
Mônica Lerch Lunardi
Henrique Laus Aieta
Alessandro Rodrigo Argenta
Arthur Koerich Inacio
Patrcia Dagostin Tramontin
Felipe Prazeres Salum Müller
Marcelo Sebastião Netto de Campos
Elaine Rita Auerbach
Roberta Magioli Meirelles
Luiz Mauro Franzoni Cordeiro
Fred Anderson Vicente
Fernanda Broering Dutra
Caroline Cristine Eller
Maycon Robert Hammes
Larissa Mayumi Karazawa Takashima Ouriques
Eder Cristiano Viana
Aline Dalle Laste
Débora Pereira Nicolazzi
Giselli Dutra
Marcio Gai Veiga
Andrcia Soares Pinto Favero
Anderson Adilson de Souza
Chimelly Louise de Resenes Marcon
Andreza Borinelli
Daniel Granzotto Nunes
Caroline Cabral Zonta
Greicia Malheiros da Rosa Souza
Guilherme Schmitt
Rodrigo Andrade Viviani

Carlos Eduardo Tremel de Faria
Ariadne Clarissa Klein Sartori
Gabriel Ricardo Zanon Meyer
Giancarlo Rosa Oliveira
Luis Felipe de Oliveira Czesnat
Nilton Exterkoetter
Maria Cristina Pereira Cavalcanti Ribeiro
Gláucio José Souza Alberton
Fabiano Francisco Medeiros
Cristina Elaine Thomé
Lara Peplau
Grazielle dos Prazeres Cunha
Lenice Born da Silva
Caroline Sartori Velloso

Entrância Inicial

Silvana do Prado Brouwers
Cláudio Everson Gesser Guedes da Fonseca
Ernest Kurt Hammerschmidt
Mirela Dutra Alberton
Barbara Elisa Heise
Mrcia Denise Kandler Bittencourt Massaro
Kariny Zanette Vitoria
Rejane Gularte Queiroz Beilner
Marina Modesto Rebelo
Claudine Vidal de Negreiros da Silva
Luciana Cardoso Pilati Polli
Candida Antunes Ferreira
Cristhiane Michelle Tambosi Fiamoncini Ferrari
Elizandra Sampaio Porto
Cyro Luiz Guerreiro Júnior
Guilherme Brodbeck
Fabiana Mara Silva Wagner
Gilberto Assink de Souza
Alan Rafael Warsch
Marcelo Francisco da Silva
Fernando Wiggers
Rodrigo Cesar Barbosa
Diego Roberto Barbiero
Filipe Costa Brenner
João Luiz de Carvalho Botega
Roberta Ceolla Gaudêncio
Felipe Schmidt
Júlia Wendhausen Cavallazzi
Fernando Guilherme de Brito Ramos
Átila Guastalla Lopes
Diogo Luiz Deschamps
Lara Zappellini Souza
Marcela Hülse Oliveira
Viviane Soares
Rafael Pedri Sampaio
Tehane Tavares Fenner
Simão Baran Junior

Douglas Roberto Martins
Joaquim Torquato Luiz
Maria Claudia Tremel de Faria
Marcus Vinicius de Faria Ribeiro
Cristiane Weimer
Diana da Costa Chierighini
Ana Elisa Goulart Lorenzetti
Guilherme André Pacheco Zattar
Daniele Garcia Moritz
Juliana Ramthun Frasson
Symone Leite
Carlos Alberto da Silva Galdino
Fernando Rodrigues de Menezes Júnior
Julia Trevisan de Toledo Barros
Felipe Nery Alberti de Almeida
Luis Otávio Tonial
Marcos Batista De Martino
Marcela de Jesus Boldori Fernandes
Francieli Fiorin
Marcos Augusto Brandalise
Pablo Inglês Sinhori
Camila Vanzin Pavan
Rachel Urquiza Rodrigues de Medeiros
Tiago Davi Schmitt
Jaisson José da Silva
Ana Paula Destri Pavan
Bruno Bolognini Tridapalli
Fabrício Pinto Weiblen
Rafaela Denise da Silveira
Roberta Trentini Machado Gonçalves
Ana Laura Peronio Omizzolo
Pedro Lucas de Vargas
João Paulo de Andrade
Alexandre Volpatto
Elias Albino de Medeiros Sobrinho
Bruna Gonçalves Gomes
Marcela Pereira Geller
Vinicius Secco Zoponi
Raquel Betina Blank
Michel Eduardo Stechinski

Cleber Lodetti de Oliveira
Djônata Winter
Leandro Garcia Machado
Renato Maia de Faria
José Geraldo Rossi da Silva Cecchini
Renata de Souza Lima
Bianca Andrighetti Coelho
Mariana Pagnan da Silva
Matheus Azevedo Ferreira
Marciano Villa
Joel Zanelato
Naiana Benetti
Edisson de Melo Menezes
Larissa Zomer Loli
Eliatar Silva Junior
Lia Nara Dalmutt
Maria Fernanda Steffen da Luz Fontes
Luis Felipe Fonseca Católico
Diogo André Matsuoka Azevedo dos Santos
João Paulo Bianchi Beal
Leonardo Fagotti Mori
Rafael Fernandes Medeiros
Thiago Madoenho Bernardes da Silva
Juliana Degraf Mendes
Danielle Diamante

Promotor Substituto

Raul Rogério Rabello
Henriqueta ScharfVieira
Mário Waltrick do Amarante
Vanessa Wendhausen Cavallazzi
Analú Librelato Longo
Thiago Carriço de Oliveira
Luiz Fernando Fernandes Pacheco
Alceu Rocha
Sandra Faitlowicz Sachs
Letícia Baumgarten Filomeno
Daniel da Costa Rabello

